

## OS CÉTICOS E SUAS CRENÇAS: A APARENTE DUPLICIDADE DE SEXTO EMPÍRICO.

Gustavo Leal-Toledo

PPGFIL - PUCRJ

**Abstract:** From its early origins, skepticism has been the target of much criticism and attempts of refutation. One of the oldest, most recurring criticism is that the skeptic would be unable to act since, to do so, some measure of beliefs are necessary, and a skeptic is supposed to suspend judgment on all beliefs. The most common reply to this challenge is that the skeptic suspends judgment only as far as scientific or philosophic dogmas are concerned, yet preserving common-sense beliefs. This is not a satisfactory reply, for it relies on an insulation that is not actually found in the skeptic texts. A better reply is possible, however. After an exposition of Aenesidemus's tropes, I intend to develop an interpretation of Sextus Empiricus according to which his beliefs would be based only on appearances, without recourse to judgments on them. A radical skepticism can thus be preserved, together with the capacity for acting.

**Keywords:** Skepticism; Sextus Empiricus; tropes; beliefs; dogma; appearance.

**Resumo:** Desde a sua origem o ceticismo tem enfrentado inúmeras críticas e tentativas de refutação. Uma das críticas mais antigas e recorrentes é que o cético não poderia agir porque para agir são necessárias crenças e um cético suspende o seu juízo sobre todas as crenças. A resposta mais comum para este desafio é que o cético suspende seu juízo só em relação aos dogmas científicos/ filosóficos, preservando, assim, as crenças do senso comum. Mas tal resposta não é satisfatória, pois indica um insulamento que não encontramos nos textos céticos. No entanto, uma resposta é possível, e após um exposição dos tropos de Enesidemos, pretendo desenvolver uma interpretação de Sexto Empírico onde suas crenças seriam baseadas só na aparência sem que seja feito um juízo sobre tais aparências. Assim um ceticismo radical preservando a capacidade de agir ainda seria possível.

**Palavras-Chave:** Ceticismo; Sexto Empírico; tropos; crença; dogma; aparência.

Pirro de Elis (360 – 270 a.C.) é visto como um dos pais do ceticismo que, por este motivo, é muitas vezes chamado de Pirronismo. Mas foi Enesídemus de Cnossos (I a.C.), um ex-acadêmico, quem realmente viu em Pirro um exemplo a ser seguido e que formulou o que nós chamamos hoje de ceticismo pirrônico. Já as doutrinas de Enesídemus foram transmitidas aos dias atuais através dos escritos de Sexto Empírico (II d.C.), Diógenes Laércio (III d.C.) e Fílon de Alexandria (20 a.C. – 45 d.C.). Nas *Hipotiposes Pirrônicas* (doravante PH) Sexto Empírico nos introduz ao ceticismo pirrônico incluindo em sua introdução algumas respostas às críticas feitas contra o ceticismo e incluindo também os famosos tropos céticos. Os tropos são modos de argumentar que tem como objetivo levar o oponente ao estado de suspensão de juízo (*epoché*). Neste livro, Sexto Empírico nos fala dos cinco tropos de Agrippa que “têm por alvo as pretensões de demonstração ou justificação da verdade de qualquer proposição dogmática”<sup>1</sup>, os oito tropos de Enesídemus, que têm por alvo as proposições que dizem respeito as relações causais e os dez tropos, também de Enesídemus, que tratam mais especificamente do conhecimento empírico.

Pretendo aqui fazer uma introdução geral ao ceticismo para só depois estudar uma questão específica, a saber, “que crenças pode um cético ter?” Na introdução será mostrado um “esquema” do que é o ceticismo e será feita uma análise dos 10 tropos de Enesídemus, estes tropos foram escolhidos por acreditar que neles estão bem explicitados vários dos principais argumentos do ceticismo antigo, onde Sexto Empírico mostra claramente a distinção cética entre “como as coisas são” e “como as coisas aparecem para nós”. Sem tal distinção, que será posteriormente explicada, é impossível compreender o ceticismo e, por consequência, entender que tipo de crenças um cético pode ter. Deve-se ressaltar que a primeira parte deste texto visa dar somente uma introdução didática ao ceticismo e seus argumentos. Um conhecedor deste tema não deve se deter nela podendo passar direto para a segunda parte. É nesta segunda parte que a discussão conceitual de um problema no ceticismo realmente aparece. Uma vez compreendido o que é o ceticismo e quais são os argumentos, ou melhor, estratégias céticas, um problema específico do ceticismo será estudado e uma resposta para este problema será defendida.

---

<sup>1</sup> LESSA, 1995, p.30

Tal problema foi levantado já na Grécia Antiga contra o ceticismo, ele dizia que o cético não poderia ter crenças, mas sem crenças não seria possível agir. Deste modo, o cético, se levasse a sério a sua própria estratégia, não poderia agir. Contemporaneamente, Myles Burnyeat levanta o mesmo problema e Guerreiro, em uma defesa contemporânea de tal crítica, chega a dizer “Aristóteles tinha razão quando dizia que, se o ceticismo fosse levado às suas últimas conseqüências, transformar-nos-íamos em árvores (firmemente plantados no solo, impossibilitados de agir)”<sup>2</sup>. Contudo, não só a crítica ao ceticismo será abordada, como também será defendida aqui uma possível resposta para esta crítica. Mas ao tentar responder este problema não se pretende dizer que esta foi a resposta que Sexto Empírico de fato deu, e sim uma resposta que ele poderia ter dado sem fugir de seu ceticismo. Deste modo, o problema que será abordado não é o problema particular e histórico do que Sexto disse ou deixou de dizer, e sim o problema mais geral e abstrato de se é possível um ceticismo pirrônico fundamentado a partir dos textos de Sexto Empírico e, em particular, a partir das *Hipotiposes Pirrônicas*. Neste sentido podemos considerar este texto dentro do que Porchat chamou de “Pirronismo Atualizado”<sup>3</sup>.

Antes de se ir aos tropos, é preciso que se tenha em mente o que é o ceticismo. É Diógenes Laértios quem diz:

os céticos empenhavam-se constantemente em demolir todos os dogmas das escolas, e nunca se expressavam dogmaticamente. Limitavam-se a apresentar e a expor os dogmas dos outros sem jamais chegar a definições, não afirmando sequer que não faziam qualquer definição<sup>4</sup>

Isto quer dizer que os céticos não faziam afirmações categóricas sobre o mundo, mas se limitavam somente a mostrar que qualquer afirmação sobre o mundo externo era, na verdade, precipitada e infundada. Era justamente para mostrar a falta de critério de toda a afirmação dogmática sobre o mundo que eles criaram os tropos. Os tropos deveriam mostrar para o seu oponente que faltavam fundamentos para sua teoria e, por isso, ela não poderia

---

<sup>2</sup> GUERREIRO, 1999, p.283

<sup>3</sup> PORCHAT, 2007, p.145. Assim como Porchat me considero um cético contemporâneo e devo isso às aulas de ceticismo de Danilo Marcondes. No entanto, como será apresentada, minha visão difere um pouco da de Porchat no que diz respeito a como um cético pode agir.

<sup>4</sup> LAÉRTIOS, 74

ser aceita sem maiores questionamentos. A observação de que faltam fundamentos para toda teoria dogmática faz parecer que os céticos não acreditavam na possibilidade de conhecer o que quer que seja. Mas, para o cético, afirmar a impossibilidade do conhecimento é uma forma de dogmatismo tão sem fundamento quanto afirmar a possibilidade do mesmo. O cético é aquele que nem afirma nem nega a possibilidade de conhecimento, ele simplesmente diz estar em busca (*zétesis*) de um conhecimento verdadeiro. Para isso ele está investigando (*sképsis*) as diversas teorias. Mas por estar verdadeiramente em busca do conhecimento ele não se precipita em uma escolha arbitrária e acaba sendo levado a um impasse (*aporia*) entre diversas teorias conflitantes (*diaphonia*), mas que são igualmente bem fundamentadas. Aqui se torna claro o problema do critério, ou seja, o fato de que não existe um critério externo às teorias equípolentes (*isosthenia*) que possa sustentar a escolha de uma em detrimento de outra. Sobre isto Barnes nos diz:

One general Pyrrhonian strategy consist in the setting up of equipollent oppositions: the sceptic takes two incompatible views and shows that they are *ισοσθενη* [*isosthene*], equally strong, in that the arguments for the one exactly match the argument for the other. Hence suspension of judgment<sup>5</sup>

O cético acaba por descobrir que todo o critério de escolha entre teorias divergentes é sempre interno a cada teoria e, por isso, uma pessoa que estiver realmente investigando qual teoria é verdadeira nunca vai descobrir tal critério. Na verdade, só se escolhe uma teoria depois de já se ter aceitado os pressupostos da mesma. Sendo assim, por que aceitar os pressupostos desta teoria e não os da outra? Tendo em vista a impossibilidade em decidir entre duas ou mais teorias equípolentes, só resta ao cético suspender o juízo (*epoché*). A suspensão do juízo não é algo arbitrário e sim uma consequência natural da equípolência. Ela é um estado de repouso do intelecto (*stasis dianoias*). Uma vez constatada a equípolência, qualquer escolha seria claramente arbitrária, infundada e precipitada. Suspenso o juízo, o cético não se vê mais perturbado por dúvidas e chega a um estado de tranqüilidade (*ataraxia*) que, por sua vez, leva a um estado de felicidade (*eudaimonia*), já que a ânsia por saber a verdade era justamente o que lhe perturbava. A equípolência não é

---

<sup>5</sup> BARNES, 1994, p. 108

algo restrito às grandes teorias filosófico-dogmáticas<sup>6</sup>, também na vida comum o cético atinge a tranquilidade através dela. A seguinte passagem de Annas e Barnes ajuda a esclarecer este ponto:

Not believing that things are good or bad, the Pyrrhonist finds that he ceases to worry – or at any rate, ceases to worry with any intensity – over what he achieves or what happens to him. That way happiness lies<sup>7</sup>

Ou seja, o cético admite, por exemplo, que tem sede, fome e dor, o que ele não admite é que estas sensações são algo de bom ou ruim. Sobre isso, ele suspende o julgamento. A imperturbabilidade de Pirro diante do mundo é demonstrada por muitas lendas a seu respeito como, por exemplo, a de que certa vez passeava com Anáxarcos quando este caiu em um pântano, Pirro, ao invés de ajudá-lo, continuou a andar como se nada tivesse acontecido<sup>8</sup>.

Antes de irmos diretamente aos tropos algumas considerações devem ser feitas. A aparência inicial dos tropos pode ser enganosa, neles Sexto Empírico não só usa exemplos da ciência de seu tempo para defender as suas idéias como também parece usar os princípios da lógica. Mas não se deve supor que os céticos defendiam algumas das descobertas científicas e nem mesmo a lógica. Eles usam estes dois tipos de argumentação porque os dogmáticos acreditam neles. Ou seja, é porque os dogmáticos acreditam nos exemplos das ciências e nos princípios da lógica que os céticos os usam para mostrar que todo o julgamento sobre o mundo externo deve ser suspenso. Os tropos não são argumentos logicamente bem formulados, eles são estratégias para que o dogmático se perceba como um dogmático, ou seja, se perceba como alguém que não tem evidências suficientes para dizer como as coisas realmente são. A lógica não é utilizada porque o cético a endossa, e sim porque o cético precisa estrategicamente dela para que o dogmático leve os seus tropos em consideração. O mesmo se dá com os exemplos das ciências que os céticos usam. Estes nos pareçam, naturalmente, ultrapassados, limitados e até bobos. Fora isso, vários tropo parecem ser exclusivos de uma mentalidade onde uma ciência da percepção ainda não estava sendo desenvolvida. Na

---

<sup>6</sup> A questão da abrangência da suspensão do juízo ao senso comum e as implicações que daí decorrem serão só brevemente levantadas aqui e serão propriamente tratadas na última parte do presente trabalho.

<sup>7</sup> ANNAS & BARNES, 1985, p. 167

<sup>8</sup> LAÉRTIOS, 63

verdade, os tropos não necessitam que os exemplos sejam verdadeiros, só é necessário que os dogmáticos acreditem nestes exemplos e, através dos tropos, percebam que devem suspender o juízo em relação a eles. Mas devemos sempre manter em mente que não podemos julgar estes tropos pela mentalidade científica atual, não porque a ciência de hoje esteja tão avançada que não cairia nestes tropos, mas sim porque eles discutem algo muito mais fundamental do que a ciência trata e levantam dúvidas sobre a própria possibilidade de se fazer qualquer tipo de ciência. Por isso, a ciência atual não pode ser considerada um juiz imparcial destes tropos, ela está aqui sob julgamento. No que se segue, tentou-se manter a estrutura da argumentação cética de cada tropo de modo que as citações de Sexto Empírico tenham se mesclado com o próprio texto. Além disso, muitos exemplos apresentados foram tirados das *Hipotíposes Pirrônicas*, mas nem sempre literalmente. Foi dada mais importância a compreensão do que cada tropo tem a nos dizer do que ao comentário minucioso de cada parte do mesmo.

Deve-se notar durante a leitura dos tropos que os céticos não negavam que certas coisas lhe pareciam ser de certo modo. O que eles negavam é que alguém poderia dizer, indubitavelmente, que elas eram deste modo que elas pareciam ser, ou que este modo que elas pareciam ser era, na verdade, um sinal de algo não-evidente que explicava como estas coisas realmente eram. Ou seja, enquanto o cético afirma que o mel parece ser doce, mas que não há como dizer se ele realmente o é ou não, o dogmático ou afirma que ele é verdadeiramente doce ou que a doçura do mel nos leva a descobrir certas propriedades não-evidentes do mesmo. É Renato Lessa quem nos diz que “uma das marcas específicas do ceticismo é o questionamento desta pretensa passagem do nível fenomênico para o do ser não-evidente”<sup>9</sup>. Os céticos afirmam ter impressões, o que eles fazem é não julgar que suas impressões são a verdade sobre as coisas. As impressões são relatos de aparências, os juízos sobre estes relatos é que devem ser suspensos. Nas palavras de Porchat:

Isso que não podemos rejeitar, que se oferece irrecusavelmente a nossa sensibilidade e entendimento – se nos permitimos lançar mão de uma terminologia filosófica consagrada –, é o

---

<sup>9</sup> LESSA, 1995, p. 40

que os céticos chamamos de fenômeno (*tò phainómenon*, o que aparece).<sup>10</sup>

É exatamente para se mostrar a impossibilidade de se descobrir o não-evidente através do evidente que Enesidemos organiza os dez tropos.

### **Os Tropos de Enesidemos**

Sexto Empírico classifica os tropos da seguinte forma: os quatro primeiros tropos falam sobre o que julga (“sujeito”), seja ele um animal, um ser humano ou até mesmo um órgão do sentido; o sétimo e o décimo falam sobre o que é julgado (“objeto”); o quinto, o sexto, o oitavo e o nono falam sobre a relação do que julga com o que é julgado. Não há como saber exatamente o que foi Enesidemos que disse e o que foi que Sexto acrescentou. O texto nos fala sobre os tropos de Enesidemos, mas foi escrito por Sexto Empírico. Por isso, no que se segue será desconsiderada a origem dos tropos que serão tratados como se fossem de Sexto, pois foi o texto dele que foi utilizado como guia. Os comentários de Diógenes e de Filon só foram utilizados na medida em que explicam melhor o texto de Sexto.

O primeiro tropo diz respeito às diferenças entre os animais, incluindo o ser humano entre os animais. Resumidamente ele defende que animais diferentes vão perceber de formas diferentes as mesmas coisas, mas por não se poder escolher qual das impressões corresponde a realidade, suspende-se o juízo sobre elas. É Sexto Empírico que diz: “the same impressions are not produced by the same objects owing to the differences in animals” (PH XIV 41). As diferenças entre animais podem se dar pela forma de nascimento ou pela variedade das estruturas corporais. Diferentes animais têm diferentes formas de origem, alguns nascem de reprodução sexuada, outros de reprodução assexuada; alguns, como a mula, têm parentes heterogêneos, outros homogêneos; alguns nascem vivos, outros em forma de ovos etc. Destas diferentes formas de origem, diz Sexto, devem surgir diferentes formas de ser afetado pelos sentidos. Mas além destas diferenças há também a diferença nos órgãos que servem para perceber e para julgar. Alguns animais têm olhos amarelos, outros vermelhos, outros de outras cores, alguns têm pupilas redondas, outros têm pupilas alongadas, alguns têm olhos convexos, outros côncavos,

---

<sup>10</sup> PORCHAT, 2007, p. 123

alguns têm orelhas longas, outros orelhas curtas, outros orelhas peludas, alguns têm narizes secos, outros têm narizes úmidos (o mesmo pode ser dizer das línguas), alguns têm pele, outros têm pêlo, outros penas, outros conchas etc. Todas estas diferenças nos órgãos dos sentidos nos levam a acreditar que cada animal deve ser afetado de uma maneira particular o que leva a uma percepção particular e, por sua vez, a um julgamento particular sobre como as coisas são.

Isto fica bem claro se você observar as preferências e as aversões da cada animal. A água salgada, por exemplo, pode ser letal para os homens, mas é apreciada pelos peixes. Pelo fato de algumas coisas serem agradáveis para alguns e desagradáveis, e até letais, para outros pode-se inferir que diferentes animais são afetados de formas diferentes pela mesma coisa. Deste modo, podemos então dizer como as coisas aparecem para nós, mas não podemos dizer como elas realmente são. A água salgada parece salgada, mas se realmente é salgada não podemos saber, algum animal pode considerá-la de outra forma, pois é afetado por ela de outro modo. A grama, por exemplo, pode parecer verde para nós, mas de outra cor para os animais. Como não temos razões para preferir nossas sensações às dos animais, devemos suspender o juízo sobre a verdadeira cor da grama.

É importante notar que não podemos dar preferência as nossas impressões contra as dos animais, pois nós mesmos estamos envolvidos na disputa e, por isso, não podemos ser o juiz dela. Precisariamos de uma prova, nos diz Sexto Empírico, para escolher as nossas impressões sobre as dos animais, mas esta prova deve ser ou aparente ou não-aparente. Se for não-aparente (como, por exemplo, uma teoria qualquer inventada por um dogmático) não deve ser confiável simplesmente pelo fato de que ela não aparece para nós. Se for aparente (um aparelho de medida, por exemplo), ela então deve aparecer também para os animais, mas se aparece também para os animais ela também está sob questão e, por isso, não pode ser a resposta para esta mesma questão. Deste modo Sexto Empírico pode concluir:

(...)we shall not possess a proof which enables us to give our own sense-impressions the preference over those of the so-called irrational animals. If, then, owing to the variety in animals their sense-impressions differ, and it is impossible to judge between them, we must necessarily suspend judgement regarding the external underlying objects (PH XIV 61)

Sexto Empírico acaba este tropo mostrando que um animal, no caso o cachorro, pode ter uma impressão muito superior a nossa como, por exemplo, em relação ao faro e à audição, e por isso é errado considerar o homem como tendo as impressões mais confiáveis. Muitas vezes as impressões humanas parecem ser inferiores às dos animais Mas, mesmo considerando o homem como sendo superiormente afetado, podemos perceber que nossas próprias diferenças nos levam a suspensão. Este é o segundo tropo.

O segundo tropo diz respeito a diferenças entre os próprios seres humanos. Cada ser humano escolhe e evita certos objetos particulares, mas o que ele evita e o que ele escolhe depende do que ele gosta e do que ele não gosta, e o que ele gosta e o que ele não gosta depende de como ele é afetado pelos objetos externos. Assim, podemos supor que cada ser humano é afetado de maneira diferente pelos objetos externos. Muitos são os exemplos que demonstram isso. Sexto nos diz que Demofon, mordomo de Alexandre, sentia frio quando estava no Sol ou em um banho quente, mas sentia calor na sombra; Tibério César podia ver no escuro; Ándron de Argos podia viajar através dos áridos desertos da Líbia sem beber água etc. Não é importante saber se estes exemplos realmente existiram ou não, mesmo assim sabemos que diferentes pessoas são afetadas de diferentes formas pelo mesmo objeto, pois diferentes pessoas escolhem e evitam diferentes objetos e isto nos leva a suspender o julgamento sobre como estes objetos realmente são.

Para poder fazer um julgamento real sobre as coisas teríamos que confiar ou em todos os homens ou em alguns. Confiar em todos seria absurdo, pois muitas seriam as impressões contraditórias. Confiar em alguns levanta o problema de em quais confiar. Confiar na maioria, diz Sexto, é uma proposta infantil, pois não há como visitar todos os homens para saber como eles são afetados. Confiar em algum homem específico levanta a questão de em qual confiar. Os plantonistas diriam “em Platão”, os epicuristas diriam “em Epicuro” etc. Isto só nos leva de volta à equípolência. Deste modo, mais uma vez somos levados a suspender o julgamento sobre os objetos externos, pois as diferenças entre os homens nos levam a diferentes impressões equípolentes. Mas os dogmáticos, “a self-loving class of men” (PH XIV 90), irão preferir as impressões deles mesmos às dos outros homens. Fazer isso seria absurdo, pois eles mesmos são parte da controvérsia e por isso não podem ser juizes desta mesma controvérsia. Mas mesmo se assim o fizessem, eles seriam levados a suspender o juízo pelo terceiro tropo.

O terceiro tropo é o da variação dos sentidos. Ele visa mostrar que mesmo um homem só, o sábio estóico, por exemplo, é levado a suspender o juízo, pois os sentidos diferem entre si. Para o olho, por exemplo, um quadro parece ter profundidade, mas não para o tato. Também é fácil imaginar coisas que tenham um cheiro bom, mas um gosto ruim ou então que sejam desagradáveis ao olho, mas agradáveis ao paladar. Deste modo, a mesma coisa pode ser agradável e desagradável, rasa e profunda, boa e má. Além disso, cada coisa é percebida como um complexo de sensações. Sexto Empírico nos dá o exemplo da maçã que parece ser macia, perfumada, doce e vermelha. Mas não podemos saber se ela tem só essas qualidades ou então se ela tem uma só qualidade que aparece de maneira diferente em cada sentido ou se ela tem algumas dessas qualidades e outras não. Do mesmo modo que alguém que nascesse surdo nada saberia sobre o som, pode ser que existam outras qualidades que não conhecemos por não termos os órgãos do sentido para isso. “The way the apple appears does not determine the way it really is”<sup>11</sup>. Assim, não podemos sequer saber como algo que parece simples como uma maçã realmente é. Por isso Sexto Empírico conclui:

But if the senses do not apprehend external objects, neither can the mind apprehend them; hence, because of this argument also, we shall be driven, it seems, to suspend judgement regarding the external underlying objects (PH XIV 99)

Até mesmo cada sentido visto individualmente não pode nos dar certeza sobre como as coisas realmente são. É isto o que nos fala o quarto tropo, o tropo das circunstâncias. Este diz que a nossa percepção é alterada devido às circunstâncias em que o indivíduo se encontra no momento da percepção. Pessoas com diferentes idades vão ter diferentes impressões, uma pintura pode parecer clara para um jovem, mas turva para um velho. Pessoas em um certo estado de movimento vão ter diferentes impressões de pessoas paradas: o mesmo objeto que parece estar parado quando você está parado, parece estar em movimento quando você passa por ele. A mesma mulher pode parecer linda se você a ama e horrível se você a odeia. A mesma coisa pode acontecer se você estiver bêbado ou sóbrio. Além disso, você necessariamente está doente ou sadio, dormindo ou acordado, louco ou são etc. Cada uma destas

---

<sup>11</sup> ANNAS & BARNES, 1985, p. 76

circunstâncias vai sempre influenciar o modo que você apreende os objetos e não há critério para escolher qual dentre estas circunstâncias é a melhor. Toda pessoa estará sempre em algumas destas disposições, pois devem sempre estar ou bêbadas ou sóbrias, ou dormindo ou acordadas etc. deste modo, serão sempre partes da disputa. De nada adianta dar preferência a algumas destas circunstâncias como, por exemplo, estar acordado, pois o cético vai dizer que, mesmo se soubermos que estamos acordados não há prova de que o que nós percebemos é o que realmente está acontecendo, pois quando estamos dormindo nós também percebemos coisas que depois julgamos não terem realmente ocorrido. O que nos garante que quando estamos acordados não acontece o mesmo? Deste modo, podemos perceber que até mesmo os estados ditos “normais” podem influenciar a nossa percepção. Eles também são circunstâncias em que nós estamos inseridos.

Mesmo assim, aquele que resolve decidir que tal circunstância é melhor do que a outra deve partir de um critério para decidir isto, mas para este critério ser verdadeiro deve haver uma prova de que ele é verdadeiro. Mas esta mesma prova deve ser verdadeira. Assim, deve haver um critério para mostrar que a prova é verdadeira. Mas o critério para mostrar que a prova é verdadeira também precisa de uma prova para ser confirmado. “For the proof always requires a criterion to confirm it, and the criterion also a proof to demonstrate its truth; (...) both the criterion and the proof are involved in the circular process of reasoning” (PH XIV 116-17). Como não podemos decidir qual circunstância é melhor do que a outra somos mais uma vez levado a equívocidade e a suspender o juízo.

O quinto tropo é o da posição. Este tropo diz que as percepções variam conforme a posição, a distância e o local. O mesmo navio parece pequeno e parado quando está distante, mas grande e em movimento de perto; a luz de uma lâmpada parece forte de noite e fraca de dia; o pescoço de um pombo parece ter cores diferentes dependendo do ângulo em que é observado; uma torre distante parece redonda e de perto parece quadrada etc. Mas como os objetos sempre estão em uma certa posição e em um certo local, então não há como saber como eles verdadeiramente são, pois distância, local e posição afetam o modo como percebemos as coisas. Se alguém resolver que tal impressão pode ser considerada verdadeira em detrimento das outras, então ele vai ter que dar uma prova de que esta é melhor do que as outras, pois escolher sem provas seria tolo. Mas esta mesma prova vai, por sua vez, necessitar de uma prova para se mostrar verdadeira e assim por diante *ad*

*infinitum*. Mas Sexto nos diz que “to produce proofs to infinity is impossible; so that neither by the use of proofs will he be able to prefer one sense-impression to another” (PH XIV 123). Mais uma vez somos levados a suspensão do juízo, pois não podemos “captar a integridade dos objetos independentemente das circunstâncias de suas disposições”<sup>12</sup>.

O tropo da combinação é o sexto. Este diz que os objetos afetam os sentidos humanos sempre através da alguma combinação ou mistura e não por si mesmo. É Diôgenes Laértios quem nos diz:

nada aparece puro e em si e por si, mas misturado com o ar, com a luz, com a umidade, com a solidez, com o calor, com o frio, com o movimento, com as exalações ou sujeitos a outras influências<sup>13</sup>

Assim uma pedra parece leve na água, mas pesada no ar; uma mesma coisa parece clara com luz, mas escura sem luz etc. Os nossos próprios olhos têm membranas e líquidos que acabam por ficar entre o objeto e a percepção do objeto. O nosso ouvido é um canal estreito e, como tal, provavelmente distorce o som que chega até ele. Nada que nós percebemos é percebido por si mesmo, tudo é percebido sempre em combinação com alguma outra coisa. Annas e Barnes nos dão um ótimo exemplo, eles dizem: “How does honey taste? ‘I don’t know: honey + saliva tastes sweet; but I’ve never tasted pure honey”<sup>14</sup>. Sendo assim, segundo Sexto, se os nossos sentidos não recebem as impressões dos objetos em si mesmos e sem mistura, a nossa mente, que provavelmente acrescenta alguma mistura ela mesma, não tem como saber se o que lhe aparece é realmente do modo como lhe aparece ou aparece deste modo porque sofre uma certa mistura. Já que não há como algo aparecer sem mistura e não há também como escolher entre uma mistura e outra, mais uma vez devemos suspender o juízo.

O sétimo tropo, o da quantidade e da composição, nos diz que a mesma coisa causa impressões diferentes quando experimentado em quantidades diferentes. Assim, o vinho bebido moderadamente revigora o corpo, mas em quantidades grandes o paralisa; a comida também pode causar diferentes impressões dependendo da quantidade que for consumida; certas dro-

<sup>12</sup> LESSA, 1995, p.61

<sup>13</sup> LAÉRTIOS, 84

<sup>14</sup> ANNAS & BARNES, 1985, p.115

gas em pequenas quantidades são benéficas mas em grandes são mortais etc. Annas e Barnes nos dizem: “Silver appears white in lumps, black in shavings. Thus even if we can say what colour silver is in certain given quantities, we cannot say what colour silver itself is”<sup>15</sup>. Deste modo, nós não podemos saber a verdadeira natureza das coisas, pois elas nos afetam sempre em uma determinada quantidade e cada quantidade pode levar a uma impressão diferente. Logo, devemos suspender nosso julgamento sobre como as coisas realmente são.

No oitavo tropo, tropo da relatividade, Sexto Empírico diz que nós sempre percebemos algo em relação a algo. Os objetos são sempre vistos em relação a outros objetos. As coisas são sempre vistas ou em baixo ou em cima, ou na esquerda ou na direita, ou antes ou depois de outras coisas. Pai e filho também são uma relação, assim como alto e baixo, leve e pesado, irmão e irmã etc. Além disso, cada objeto só aparece em uma relação com quem o percebe, com as circunstâncias em que está inserido e com uma mistura particular. Deste modo, todas as coisas sempre aparecem em relação a outras coisas e, assim, não podemos nunca saber como esta coisa é em seu estado puro. Sobre isso devemos suspender nosso julgamento. Sobre este tropo da relatividade Sexto diz que ele é não só um dos dez tropos como é também o tipo mais geral de tropo no qual todos os tropos estão inseridos. Deste modo, há um sentido em que o cético pode ser chamado de relativista, ele pode ser chamado assim porque defende que algo só pode aparecer em alguma relação ou situação determinada. Nada aparece puro, por si mesmo e fora de qualquer relação, situação, circunstância etc. É justamente a compreensão deste fato que está por detrás de todos os tropos de Enesídemos. Uma vez percebido isso acabaremos por suspender o nosso julgamento sobre como as coisas realmente são e só falaremos sobre como elas aparecem para nós.

O penúltimo tropo é o tropo da raridade. O que alguém vê frequentemente causa menos estranheza e é considerado de menor valor, já o que é raramente visto causa grande estranheza e é considerado de maior valor. O sol, por exemplo, não causa estranheza em ninguém, mas um cometa causa. Mesmo sendo o sol muito mais impressionante do que um cometa. O mar é impressionante para alguém que nunca o viu, mas não para alguém que sempre o vê. Além disso, tudo o que é raro, o ouro, por exemplo, é considerado mais valioso do que é comum, a água, por exemplo. Mesmo sendo a

---

<sup>15</sup> ANNAS & BARNES, 1985, p. 125

água muito mais importante para a vida do que o ouro. Já que a mesma coisa pode parecer impressionante e inestimável, mas também comum e barata dependendo da frequência com que é vista, devemos suspender o julgamento sobre ela, pois o nosso julgamento é afetado pela frequência com que as coisas nos aparecem e as coisas sempre aparecem em uma determinada frequência.

O décimo tropo é o tropo ético. Este tropo pode parecer meio fora do lugar, pois até aqui estava sendo questionada a impossibilidade do conhecimento empírico e agora surge um tropo que diz respeito a relatividade das regras e costumes dos diferentes povos. Mas deve-se lembrar que para um cético grego o importante não é o conhecimento e sim a busca da felicidade caracterizada como busca da tranqüilidade. Para o cético é importante a arte do bem viver. As outras filosofias helenistas, como o epicurismo e o estoicismo, encontraram o fundamento da sua arte do bem viver através de um conhecimento dogmático da natureza. Mas o cético não pode fazer isso, pois ele sempre acaba chegando na equípolência entre as diversas teorias divergentes. Assim, eles não tinham como fundamentar uma ética no conhecimento da natureza. O bem viver, para eles, era algo que simplesmente vinha com o amadurecimento do questionador que, vendo-se em posição de sempre suspender o juízo, acaba por descobrir a tranqüilidade de não mais procurar escolher entre vertentes dogmáticas equípolentes. Por este motivo o décimo tropo está aqui, pois, no período helenístico, o conhecimento da natureza, a ética e a filosofia faziam parte de um mesmo conjunto. Além disso, o nono tropo está diretamente ligado ao décimo, pois nós consideramos os nossos costumes, leis, crenças etc. mais plausíveis justamente porque estamos mais habituados com eles e julgamos os costumes, hábitos etc. dos outros povos mais estranhos, e até mesmo errados, porque raramente lidamos com eles. Deste modo, a frequência e a raridade afetam o nosso julgamento ético.

Este tropo nos fala de regras de condutas, hábitos, leis, crenças derivadas de lendas e concepções dogmáticas. Cada uma destas vai encontrar a equípolência dentro de si mesma e em relação às quatro outras. Regras de conduta é o modo de vida de uma ou mais pessoas. Leis são contratos escritos dentre várias pessoas onde os transgressores são punidos. Hábitos são certos tipos de ações adotadas por um grupo de pessoas, mas onde os transgressores não são punidos. Crenças derivadas de lendas é a aceitação de eventos não-históricos e fictícios. Concepções dogmáticas é a aceitação de fatos não-evidentes que parecem ser estabelecidos por analogia ou por algum tipo

de demonstração. Como já disse, cada uma dessas pode entrar em contradição consigo mesmo ou com as outras, segue-se um número pequeno de exemplos: Alguns povos tatuam as suas crianças, outros não; em Roma, um homem que renuncia as propriedades do pai não paga as dividas dele, mas em Rodes ele tem que pagar; em algumas lendas Zeus é o pai dos homens e dos deuses, em outras é Oceanos; alguns dizem que só existe um elemento, outros dizem que existem infinitos; na Pérsia é permitido fazer sexo com homens, mas em Roma é proibido por lei; Cronos devorava os seus filhos, mas nós os protegemos; matar é proibido, mas os gladiadores matam etc. Deste modo Sexto Empírico nos diz:

we shall not be able to state what character belongs to the object in respect of its real essence but only what belongs to it in respect of this particular rule of conduct, or law, or habit and so on with each of the rest (PH XIV 163)

Mais uma vez somos levados a suspender o juízo pois todos os hábitos, regras de conduta, leis, crenças e, principalmente, concepções dogmáticas acabam por sempre encontrar outras regras, leis, hábitos, concepções dogmáticas etc. equipolentes.

Vemos aqui que todos os tropos visam mostrar uma distinção básica do ceticismo, a saber, a diferença entre o assentir passivamente, involuntariamente, a um fenômeno e defender ativamente como as coisas realmente são. Um cético pode aceitar um fenômeno tal como ele aparece para ele, mas, ao contrário do dogmático, ele não vai dizer que este fenômeno é como as coisas realmente são ou é um sinal de como as coisas realmente são. Ele aceita o fenômeno sem se preocupar sobre o que este fenômeno diz sobre a realidade do mundo. Podemos ver isso logo no início do texto das Hipotíposes:

Those who say that ‘the skeptics abolish appearances’ or phenomena, seem to me to be unacquainted with the statements of our school. For, as we said above, we do not overthrow the affective sense impressions which induce our assent involuntarily (PH X 19)

Esta distinção entre aceitar os fenômenos como eles lhe aparecem e utilizar estes fenômenos para defender uma posição dogmática será de extre-

ma relevância para compreender que tipos de crenças um cético pode ter e, conseqüentemente, como um cético pode agir.

### **Que crenças um cético pode ter?**

Uma vez levantada grande parte dos argumentos céticos, ficamos com a pergunta de qual é a sua abrangência, ou seja, ao que eles se aplicam. Michael Frede, Myles Burnyeat e Jonathan Barnes se perguntaram esta questão. Para tratar dela Barnes faz a diferença entre o cético rústico (*rustic*) e o cético sofisticado (*urbane*). O cético sofisticado é aquele que dirige sua suspensão de juízo às questões filosóficas e científicas, mas não às crenças corriqueiras do homem comum. O Pirronismo seria como uma terapia para tratar o dogmatismo filosófico, científico e religioso, levando, assim, o homem de volta ao senso comum. Tal senso comum não deveria ser também curado por não se tratar de dogmas no sentido mais estrito e sim de meras crenças. Já o cético rústico dirige a sua suspensão de juízo em direção a todas as crenças. Ele não faz diferenciação entre as crenças do senso comum e as crenças filosóficas, científicas e religiosas, até porque as crenças do senso comum muitas vezes pressupõem conceitos dogmáticos no sentido mais estrito como, por exemplo, o conceito de tempo, lugar, causação, verdade etc. Burnyeat chama a interpretação do cético sofisticado de *country gentleman's interpretation*. Este seria o cético que divide os dogmas metafísicos, científicos e filosóficos, das crenças do senso comum, e dirige o seu ceticismo só aos primeiros. Restaria então saber se o ceticismo, particularmente o ceticismo pirrônico como apresentado por Sexto Empírico, é rústico ou sofisticado.

Segundo Burnyeat, crer é aceitar algo como verdade<sup>16</sup>. Tendo isto em vista, tanto as crenças dogmáticas no sentido estrito como as do senso comum são afirmações sobre a verdade de algo. Em concordância com isso, Barnes nos diz que possuir crenças ordinárias pressupõe possuir ao menos um dogma, a saber, o dogma de que existe um critério de verdade<sup>17</sup>. Deste modo, Burnyeat pôde sugerir “viver sem crenças” como tradução de um importante conceito cético, a saber, *adoxastous*. Esta tradução ganha ainda mais força se levarmos em consideração o uso de Platão da palavra *doxa* e em seus diálogos é extremamente difícil diferenciar *doxa* de *dogma*. Assim Burnyeat pode dizer que:

<sup>16</sup> BURNYEAT, 1980, p.26

<sup>17</sup> BARNES, 1982, p.12

The internal logic of Pyrrhonismo requires that *dogma* and *doxa* – Sextus does not differentiate between these two terms – really do mean: belief.<sup>18</sup>

Além disso, Burnyeat, em seu artigo *The Sceptic in His Place and Time*, nos mostra claramente como o debate sobre a questão do que é o ‘lugar’ e do que é o ‘tempo’ não é um debate sobre uma noção específica e dogmática de ‘lugar’ e ‘tempo’, e sim uma discussão sobre lugar e tempo, afetando igualmente o uso comum destes conceitos, e não só o uso específico de uma doutrina metafísica ou científica<sup>19</sup>. Isto quer dizer que o cético dirige a sua suspensão de juízo a todo o tipo de crença, não fazendo nenhuma diferenciação se ela é uma crença metafísica ou uma crença do senso comum. Porchat parece concordar com isso quando diz que a suspensão do juízo “atinge toda e qualquer crença humana que, formulada num juízo, se proponha como conhecimento verdadeiro de uma dimensão qualquer do mundo”<sup>20</sup>. O cético não pode ter crenças, pois crenças são dogmas ou pressupõem dogmas. Barnes concorda com isso ao dizer:

(...) the PH Pyrrhonist emerges as a rustic. In rejecting [*dogmata*] he explicitly rejects any scientifico-philosophical theory; but he implicitly rejects all other beliefs as well.<sup>21</sup>

O ceticismo valeria tanto para a vida comum quanto para as questões teóricas. Vimos isso ao tratar os 10 Tropos, neles fica claro que o cético não está visando somente teorias no sentido mais estrito e que o seu ceticismo vale também para afirmações tiradas do senso comum como, por exemplo, sobre os atributos de uma maçã. Poderíamos dizer, seguindo Burnyeat, que o cético não é um insulado. Ser insulado é separar sua vida comum de seu ato de filosofar. O exemplo mais típico é o do filósofo que defende que o tempo não existe, mas não esquece de cumprir as suas obrigações dentro do prazo. Ele separou, ou seja, insulou, a sua vida cotidiana da sua filosofia. Fazendo isso a sua vida comum está protegida da sua filosofia e vice-versa. A filosofia perde a relação com a vida comum já que eventos da vida comum, como o fato de que ele usa normalmente um relógio, não servem como refutadores

---

<sup>18</sup> BURNYEAT, 1980, p.48

<sup>19</sup> BURNYEAT, 1997, p.106

<sup>20</sup> PORCHAT, 2007, p. 121

<sup>21</sup> BARNES, 1982, p.12

de teorias filosóficas, como a da não existência do tempo, e vice-versa. Ele passa a viver como que em dois mundos distintos e incomunicáveis.

O fato de que o cético não é um insulado, pois aplica o seu ceticismo também ao senso comum, está em concordância com uma das características básicas da filosofia helenista. Nas palavras de Danilo Marcondes:

A preocupação moral é fundamental para a filosofia do Helenismo de modo geral, e o Ceticismo compartilha esta preocupação com o Estoicismo e o Epicurismo. A filosofia deve nos dar uma orientação para a vida prática, que nos permita viver bem e alcançar a felicidade.<sup>22</sup>

A filosofia helenista, e boa parte do resto da filosofia antiga, era uma filosofia notavelmente prática. Visava responder às questões mais imediatas do homem principalmente no que dizia respeito à felicidade e ao bem viver. O ceticismo não é uma exceção, não é sem motivos que no final do “percurso cético” é a felicidade que vem após a suspensão do juízo. Como o cético não mais se preocupa em saber qual teoria é verdadeira em relação a tal assunto, ele se acalma e, conseqüentemente, atinge a felicidade. Assim a filosofia helenista, e particularmente o ceticismo, são filosofias práticas que não visam só questões teóricas. Estas só têm valor na medida em que auxiliam aquelas.

É neste ponto que o ceticismo vai de encontro a um de seus maiores problemas, a saber, o problema de como é possível uma ação sem crenças. Tal problema é talvez a principal crítica ao ceticismo e, sem dúvida, é a mais comum, podendo ser encontrada já entre os epicuristas, depois em Hume e em Burnyeat<sup>23</sup>. O problema é que crenças são necessárias para a ação. Uma pessoa só pega o guarda-chuva para sair porque ela *acredita* que pode chover e *acredita* que o guarda-chuva pode protegê-la. Sem tais crenças ela não pegaria o guarda-chuva. Na verdade, ela nem mesmo sairia de casa, pois ela não *acreditaria* que tem algo fora da casa dela. Como o cético não tem crenças, ele não poderia agir (*Apraxia*). Assim Barnes pode dizer:

---

<sup>22</sup> MARCONDES, s.d., p. 8

<sup>23</sup> MARCONDES, 1994, p.131

Dogmatists had charged Pyrrhonians with inactivity: if a Pyrrhonist is consistent, he will never *do* anything; for, having no beliefs, he will have no motive for doing anything.<sup>24</sup>

O cético se encontra, então, diante de um sério problema que foi considerado por muitos como a refutação final do ceticismo! Como toda filosofia helenística, ele quer responder aos problemas práticos, principalmente à questão da felicidade e do bem viver. Mas, se ele propõe uma abordagem rústica, ele tem que suspender juízo sobre todas as crenças e, deste modo, fica incapacitado de agir. Se ele, por outro lado, propor uma abordagem sofisticada, ele acaba insulado não podendo recorrer ao seu ceticismo para responder aos problemas práticos, pois o seu ceticismo só diz respeito aos dogmas em sentido estrito. Além disso, há inúmeras passagens onde Sexto Empírico propõe que o pirronismo vale também para o senso comum. Algumas delas já foram apresentadas durante os próprios tropos de Enesidemos como, por exemplo, das impressões diferentes que se tem quando se está bêbado ou com sono etc.<sup>25</sup> Em seu artigo *Can the Sceptic Live his Scepticism?*, Burnyeat levanta justamente este problema. Tendo mostrado que a suspensão de juízo deve também afetar todas as crenças e levando em consideração que na vida comum lidamos com crenças em todos os momentos, Burnyeat pôde concluir:

When one has seen how radical the sceptic must detach himself from himself, one will agree that the supposed life without belief is not, after all, a possible life for a man.<sup>26</sup>

Como vimos, a interpretação do ceticismo como um ceticismo rústico é uma boa interpretação. Mas se o cético não pode ter crenças ele não pode agir. A questão agora é, então, se é possível que um cético rústico possa agir. Para isso, vale a pena notar que o importante na análise do ceticismo como rústico é que este não é um ceticismo insulado, ele vale para a vida comum e, por isso, responderia aos problemas práticos. Assim, a questão passa a ser sobre a possibilidade de um cético não ser insulado, mas ainda assim agir. Ou seja, devemos nos perguntar se seria possível pensar em algum conceito

---

<sup>24</sup> BARNES, 1982, p.13

<sup>25</sup> Tais passagens não se restringem aos tropos de Enesidemos, podemos ver também PH I, 165.

<sup>26</sup> BURNYEAT, 1980, p.53

de crenças não insulado, mas sem relação alguma com dogma, de modo que tais crenças ainda nos levassem a uma suspensão de juízo, mas sem deixar de ser capaz de explicar o comportamento. Somente através de tais crenças um cético poderia agir, mas não ser insulado, seu ceticismo valeria tanto para as questões metafísicas e científicas quanto para as questões do senso comum. É a possibilidade deste tipo de crença que pretende-se mostrar aqui.

Como veremos em breve, não se sabe ao certo qual era a resposta de Sexto a este problema. As várias interpretações que possuímos nos levam a uma aparente duplicidade e até contradição em Sexto. Contradição esta que foi e ainda é muito explorada por seus críticos. Fazer um estudo filológico detalhado em uma corrente filosófica que, como veremos, claramente diz utilizar a linguagem de maneira não convencional, não parece ser a melhor alternativa. Mas com isso de nenhuma maneira queremos dizer que na análise que se segue fugiremos do texto de Sexto Empírico e da interpretação que ele dá do ceticismo pirrônico. Pelo contrário, a proposta aqui é explorar uma alternativa que Sexto poderia ter tomado para responder tal questão. Pretende-se buscar uma possibilidade de resposta dentro do próprio ceticismo de Sexto. Deste modo, mais do que uma explicação histórica do que foi o ceticismo em Sexto Empírico, pretende-se entender como o ceticismo rústico poderia ser possível não só em sua época como também no momento atual.

Tendo estabelecido que a suspensão do juízo cética abrangia também o senso comum, ou seja, que o ceticismo é melhor visto como rústico, ficamos com a questão de como o cético pode agir sem se insular. O próprio Sexto Empírico, já conhecendo este problema, tenta nos responder no fragmento PH I 23-4. Ali ele nos fala de quatro tipos de crenças que um cético poderia ter e, através delas, poderia agir. Nas palavras de Sexto:

Attending to the appearances, we live without beliefs [*adoxastous*] in accordance with ordinary observations, since we cannot be altogether inactive. And this ordinary observation seems to consist of four parts and to depend first upon instruction of nature, then upon necessity of affections, then upon tradition of laws and customs, and finally upon teaching of arts: on natural instruction, in virtue of which we are capable of perception and of thought; on necessity of affections, in virtue of which hunger guides us to food and thirst to drink; on tradition of customs and laws, in virtue of which

we accept in accordance with ordinary life pious action as good and impious action as wicked; on teaching of arts, in virtue of which we are not inactive in the arts we accept. (PH I 23-4)

Não se pretende aqui fazer uma análise minuciosa deste fragmento, mas Barnes fez esta análise tentando mostrar como seria possível que estas crenças fossem explicadas em termos de outras coisas de modo que o cético ainda permaneça rústico. No entanto, o próprio Barnes não fica satisfeito com a sua explicação como nos mostra o seguinte trecho:

Thus a rustic interpretation of ‘the tradition of laws and customs’ can be produced. But I confess that I find the interpretation forced; for although Sextus’ abstract description of ‘tradition’ is perfectly compatible with rusticity, his illustration of the Pyrrhonist’s traditionalism strongly suggests belief, if Sextus intends PH I.24 (and 3.2) to be understood in a rustic fashion then his language is misleading and perhaps disingenuous.<sup>27</sup>

Assim o próprio Barnes confessa que, embora defenda que o ceticismo de Sexto deva ser entendido de maneira rústica, este fragmento parece fugir de tal interpretação e sugere que um cético teria crenças, em outras palavras, que o cético seria sofisticado e insulado! Também este próximo, e muito citado, fragmento de Sexto, parece sugerir que os céticos têm crenças:

When we say that the sceptic does not dogmatize, we are not using ‘dogma’ in the more general sense in which some say it is a dogma to accept anything (for the sceptic does assent to experiences he cannot help having in virtue of this impressions or that: for example, he would not say, when warmed or cooled, ‘I seem not to be warmed or cooled’). Rather, when we say he does not dogmatize, we mean ‘dogma’ in the sense in which some say that dogma is assent to any of the non-evident matters investigated by the sciences. For the Pyrrhonian assents to nothing that is non-evident. (PH I 13)

---

<sup>27</sup> BARNES, 1982, p.15

Neste fragmento Sexto está tomando uma posição que é claramente a do cético sofisticado. Ele está separando um tipo de dogma científico, não evidente, de um tipo de dogma mais geral e comum. O cético suspenderia seu juízo só em relação aos assuntos não evidentes, mas manteria suas crenças no sentido comum. É neste sentido que é melhor interpretada a afirmação de Sexto de que o cético é o campeão do *Bios*, que é normalmente traduzido como senso comum ou vida cotidiana (PH II 15 ou PH II 246). Por causa de fragmentos como estes Barnes acaba por se colocar na posição desconfortável de dizer que “either PH is not uniformly rustic or else that PH is culpably disingenuous”<sup>28</sup>. Assim, ele deve concluir que “the general tenor of PH is, I think, indubitably rustic. But PH also contain important intrusions of urbanity”<sup>29</sup>. Não só Barnes, mas Burnyeat e Frede também encontram esta *aparente duplicidade* de Sexto<sup>30</sup>.

Deste modo, todo o problema se apresenta: a interpretação que mais cabe a grande parte dos textos de Sexto Empírico é a interpretação rústica. O ceticismo valeria também para o senso comum já que a suspensão de juízo se aplicaria a todas as crenças, pois elas ou são dogmas ou pressupõem dogmas. Isto estaria de acordo com o fato da filosofia cética, e todo o resto da filosofia helenística, ser prioritariamente uma filosofia que visa à prática. Em outras palavras, o cético não é um filósofo insulado que separa a sua filosofia da sua vida cotidiana. Mas surge o problema de que não é possível agir sem crenças. Uma filosofia que era para ser prática acaba nos levando para a *Apraxia!* Para evitar isso Sexto recorre a soluções que parecem implicar em uma interpretação do cético como um cético sofisticado, já que separa as crenças do senso comum das crenças científicas, filosóficas e metafísicas. Mas com isso ele insula o cético, pois seu ceticismo só valeria para as últimas, e não para a primeira. E, ao insular o cético, o ceticismo deixar de ser uma prática, ele agora não tem relação alguma com o mundo das crenças cotidianas. Assim, o problema está claramente posto. O ceticismo acaba sem relação alguma com a prática seja porque é rústico, e por isso não tem crenças necessárias para agir, seja porque é sofisticado, e por isso seu ceticismo só diz respeito aos dogmas no sentido estrito. A única possível resposta a este problema seria pensar em uma forma que o cético pudesse agir sem que com isso se insulasse. Como tanto Barnes e Burnyeat concordam que a melhor inter-

---

<sup>28</sup> BARNES, 1982, p.17

<sup>29</sup> BARNES, 1982, p. 18

<sup>30</sup> BURNYEAT, 1997, p.111 & FREDE, 1985, p.262

pretação é aquela que entende o cético como rústico, devemos nos perguntar como seria possível que um cético rústico pudesse agir. Para um cético rústico agir seriam necessárias crenças que não tivessem relação alguma com dogmas, deste modo elas estariam livres da suspensão de juízo. Tal cético não poderia ser chamado de insulado se, de algum modo, tais crenças simplesmente não fossem identificadas com as crenças do senso comum. Assim, o ceticismo poderia valer também para este senso comum.

No próprio fragmento PH I 13, já apresentado, Sexto nos dá algumas indicações de como isso poderia ser pensado. Ele nos diz que o cético dá o seu assentimento para as experiências que não pode evitar ter em virtude das suas impressões. Tanto Barnes, Burnyeat e Porchat concordam que quando o cético fala de impressões (*phantasia*) ele não está falando só das impressões dos sentidos, inclui-se aí também as *impressões de pensamento*. Ou seja, o cético pode fazer relatos de como as coisas lhe aparecem, como se reportasse as suas experiências sem julgá-las verdadeiras ou falsas. Neste sentido ele poderia tanto dizer que “a água parece quente” quanto que “o argumento parece ser persuasivo”. Na verdade, poderia até dizer que “a água é quente” e “o argumento é persuasivo”, mas tomando a ressalva de que a linguagem estaria sendo usada de maneira não rigorosa, “é” significaria simplesmente “assim aparece para mim neste momento”. É importante notar que Sexto, em várias passagens, atenta para este novo uso da linguagem. Nas palavras de Burnyeat:

He can afford to be indifferent to the commitments and pre-suppositions of his vocabulary, because the part of the language he is serious about is the part which enables a speaker to express his non-committal indifference to the question whether what he says is true or false, viz. the vocabulary of appearance.<sup>31</sup>

Assim o cético tem sempre que ser entendido como usando a linguagem para falar de como as coisas aparecem para ele, e não como as coisas verdadeiramente são. Nas palavras de Porchat:

Essa vivência fenomênica da vida comum, essa ciência empírica cética, o cético as expressa num discurso que não é outro

---

<sup>31</sup> BURNYEAT, 1997, p.114

senão o discurso ordinário dos homens, mas expurgado de intenções e conotações dogmáticas. Nele o cético relata suas afecções (*páthe*) e sua experiência, nele se articula sua visão do mundo. Um discurso que não diz o ser das coisas, diz apenas o que aparece<sup>32</sup>.

Porchat vai ainda mais longe do que Barnes e Burnyeat e diz que os cétricos poderiam até utilizar termos como *verdade, realidade e conhecimento* se levarmos em consideração este vocabulário mais “frouxo e inocente” que eles utilizam<sup>33</sup>. Não levar este novo uso da linguagem em consideração tende a causar muitos problemas no que diz respeito à interpretação do ceticismo e é exatamente por isso que, ao invés de buscar uma análise minuciosa do que Sexto disse sobre as crenças que o cético pode ter, o presente trabalho visa apresentar uma resposta que Sexto poderia ter dado sem sair de seu próprio ceticismo. Um dos mal-entendidos mais comuns que é causado pelo uso incomum que o cético faz da linguagem é o de confundir o cético com um dogmático negativo que defende a impossibilidade de conhecimento. É por isso que Sexto diz:

Regarding the phrase ‘I determine nothing’ this is what we say. We hold that ‘to determine’ is not simply to state a thing but to put forward something nonevident combined with assent. (PH XXIII 197)

Um outro mal-entendido que surge daí e que é também muito comum, tendo gerado uma outra crítica recorrente, é o que diz que o cético precisa utilizar a própria lógica que ele critica, sendo assim ele acaba se recusando. No entanto, ao usar a lógica o cético não se compromete com ela. Ele a usa como uma ferramenta que pode ser dispensada e que só tem alguma utilidade porque sem ela os dogmáticos não levariam em conta os seus argumentos<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> PORCHAT, 2007, p. 198

<sup>33</sup> Cf. PORCHAT, 2007, p. 193

<sup>34</sup> Cabe aqui uma ressalva de extrema importância: é somente neste sentido mais “frouxo” que se pode dizer que um cético *argumenta*. A fala cética não é propriamente um argumento, uma defesa de uma teoria em oposição a outras teorias. Rigidamente falando, ela consiste só nos relatos de experiência de um cético qualquer.

Deste modo, para mostrar como os céticos rústicos poderiam agir sem se insular, devemos separar o “assentimento passivo do cético” da “vontade de assentir e negar dos dogmáticos”. No primeiro caso temos o cético que simplesmente assente as suas impressões, ou melhor, ele as expressa. O importante deste assentimento é a sua passividade, a sua capacidade de mudar e o fato de que não é importante se a impressão é verdadeira ou falsa. Ele sofre uma impressão e não a julga, simplesmente a aceita. Ele não está preocupado se esta impressão é verdadeira ou falsa, certa ou errada. Por este motivo não investiga esta impressão, simplesmente a relata da maneira como ela aparece. Ele a expressa espontaneamente, sem nenhuma elaboração prévia. Não é dado o próximo passo que seria dizer que esta impressão corresponde ao modo em que as coisas realmente são. Por este motivo a sua impressão é tida como mutável, ele não se apegava a ela. Não há o menor problema se a próxima impressão for justamente oposta a impressão anterior. Também não há problema se alguma outra pessoa tiver uma impressão diferente da dele, já que ele não tem pretensão a nenhum tipo de universalidade. É importante lembrar aqui o que foi dito há pouco: impressão aqui pode tanto ser dos sentidos como do pensamento. Assim, um cético pode até ter a impressão de que um argumento é um bom argumento, mas ele não quer dizer com isso que todos devam aceitar tal argumento e nem que ele prova de fato alguma coisa. O argumento simplesmente lhe apareceu como um bom argumento, mas pode não aparecer assim na próxima vez em que ele considerar esta questão.

Em oposição ao cético, o dogmático tem uma vontade de afirmar e de negar. Ele é ativo em relação as suas proposições. Pretende que elas sejam verdades universais e necessárias. Faz asserções. Deste modo, não lhe basta só defender sua posição, ele deve também negar toda e qualquer posição diferente da sua. Sua posição deve ser tomada como um decreto ou uma lei que todos devem aceitar<sup>35</sup>. Ela dá o próximo passo ao dizer que suas proposições correspondem ao modo como as coisas realmente são. Pode ser considerado como tendo um assentimento ativo, que julga e decide de maneira irrevogável e nega a afirmação oposta. Nas palavras de Frede:

There is one important difference between having a view and taking a position which was emphasized by the sceptics and which is still reflected by our ordinary notion of dogmatism.

---

<sup>35</sup> Barnes nos diz que *dogma*, na Grécia Antiga, significava algo como decreto ou lei. Ver Barnes:1982, p.6

The sceptic has no stake in the truth of the impression he is left with. He is ever ready to consider the matter further, to change his mind. He has no attachment to the impressions he is left with. He is not responsible for having them, he did not seek them out. He is not out to prove anything, and hence feels no need to defend anything. For the dogmatic, on the other hand, something is at stake. It does make a great difference to him whether his impressions really are true and whether he has made a mistake in taking them to be true. For in actively giving assent to them he has become responsible for them, and hence feels a need to defend them and prove them to be true. The dogmatic, in taking a position, has made a deliberate choice, a haireisis, for which he is accountable. But because so much is at stake for him, he no longer is in a position openly to consider alternatives, to realize and accept the weight of objections; he has become dogmatic in his attitude.<sup>36</sup>

Fica claro neste excelente parágrafo de Frede que o dogmático e o cético têm duas atitudes completamente diferentes, embora muitas vezes possam parecer estar dizendo a mesma coisa. Um cético quando diz que o céu é azul está dizendo que naquele momento aceita a impressão que tem de que o céu é azul. Já um dogmático estaria dizendo que o céu é verdadeiramente azul. Eles sequer estariam fazendo a mesma coisa: o cético está relatando a sua impressão, já o dogmático está afirmando algo sobre o céu. O próprio Sexto deixa isso bem claro quando diz:

And although both the Academics and the skeptics say they believe some things, yet here too the difference between the two philosophies is quit plain. For the word 'believe' has different meanings: it means not to resist but simply to follow without any strong impulse or inclination, as the boy is said to believe his tutor; but sometimes it means to assent to a thing of deliberate choice and with a kind of sympathy due to strong desire (PH XXXIII 229 - 230)

---

<sup>36</sup> FREDE, 1985, p.265

Deste modo Sexto deixa claro que embora um cético e um dogmático possam parecer estar falando a mesma coisa eles, na verdade, estão partindo de duas atitudes completamente diferentes, o que dá um significado completamente diferente para as mesmas sentenças. É por este motivo que foi dito no início desta exposição que é sempre necessário ter cuidado com a linguagem do cético, pois ela só pode ser plenamente compreendida dentro de uma “atitude cética”. Como Sexto nos mostra, este problema surge quando nos questionamos que crenças um cético pode ter, pois a resposta depende sempre do que queremos dizer com a palavra “crença”. Nas palavras de Porchat:

Tudo depende do que se entende por *crença*. Se por crença se entender uma disposição a tomar uma proposição como verdadeiramente conforme ao real, como candidata legítima, se se lhe acrescentam fundamentação e justificação, à função de expressão de um real conhecimento – tal é o sentido dogmático e freqüente do termo –, então os céticos certamente não cremos. Mas se a expressão se tomar num sentido mais fraco e fraco, se por crença tão-somente se entender nosso assentimento compulsório ao que nos aparece, ao que irrecusavelmente se nos impõe – o que não é outra coisa senão nosso mesmo reconhecimento do fenômeno –, se assim se aceitar caracterizar uma crença, não vamos então polemizar em torno de palavras e nos dispomos a dizer que temos crenças: sim, os céticos cremos nos fenômenos<sup>37</sup>.

Tendo isto em vista, podemos finalmente ver que crenças um cético pode ter. Se levarmos estes dois modos de usar a linguagem em consideração é de se esperar que ‘crença’ não queira dizer a mesma coisa para um cético e para um dogmático. Em concordância com isso Chateaubriand nos diz que “‘belief’ is a highly ambiguous word; it ranges from the sort of belief involved in religious belief to a rather loose sort of belief which is also expressed by such words as ‘view’, ‘opinion’, etc”<sup>38</sup>. Assim, ter crenças no sentido de ter uma visão ou uma opinião não é um problema para o cético. Quando dizemos que o cético não tem crenças é porque aceitamos, como fez Burnyeat, que a trindade “*dogma*, *doxa* e crença” são a mesma coisa. Deste modo, quando o cético diz viver *adoxastous* ele queria dizer viver sem cren-

---

<sup>37</sup> PORCHAT, 2007, p. 134

<sup>38</sup> CHATEAUBRIAND, 1994, p.51

ças. Devemos lembrar que *doxa* em Platão tinha um sentido muito parecido ao de *dogma*, mas isso é porque *doxa* nos diálogos platônicos era de fato tomada como um *dogma*. Os inúmeros personagens que Sócrates parava para lhes perguntar sobre as suas opiniões não tratavam suas opiniões como meras opiniões, mas sim como verdades sobre o mundo. Eram opiniões tidas como verdades e, neste sentido, eram *dogmas*. Mas uma opinião que se reconhece como meramente uma opinião dentre tantas outras é algo completamente diferente. Por isso tal trinca não pode ser feita. O próprio Burnyeat, posteriormente, reconhece o erro de ter dito que *dogma* simplesmente quer dizer crença<sup>39</sup>, mas não dá a devida importância a este fato. O problema era achar que crenças eram ou pressupunham *dogmas*. Mas um assentimento passivo e que se sabe mutável não é, e nem pressupõe, uma tomada de posição de que algo é verdadeiramente o caso, ou seja, não é um *dogma*.

Considerando a atitude cética deste modo, podemos pensar em uma ilustrativa analogia onde a equípólencia e a suspensão de juízo não precisam ser vistas como uma partida de um jogo que termina empatado, de modo que nenhum dos dois lados ganha ou perde. Elas podem sim ser vista como um julgamento onde os jurados suspendem o juízo sobre se o réu é inocente ou culpado até o fim do julgamento, mas continuam ouvindo e levando em consideração os argumentos da defesa e da acusação. No primeiro caso, a suspensão do juízo, o empate, significa que o jogo chegou ao fim e não há mais nada para fazer. É esta imagem da suspensão do juízo como o fim da discussão, onde o diálogo termina e nada mais há do que o próprio empate, que nos leva a inação. Já no segundo caso, o fato de que o juízo foi suspenso não significa que a discussão acabou. Ela continua, mas continua com a adquirida tranquilidade de que, pelo menos no momento, não é necessário escolher um dos lados. Por isso podemos observar a discussão passivamente, simplesmente relatando o que estamos observando sem julgar, mas também sem inação. Neste sentido o cético pode continuar a fazer o que lhe é próprio, a saber, investigar (*sképsis*), sem precisar julgar, afirmando um lado e negando o outro, e a suspensão do juízo pode se dar sem cair na inação. O próprio Burnyeat, justamente no artigo onde ele diz que o cético não pode viver seu ceticismo, surpreendentemente considera um ponto semelhante ao defendido aqui, como nos mostra o seguinte trecho:

---

<sup>39</sup> BURNYEAT, 1997, p. 97 nota13

It turns out, then, that the life without belief is not the mental blank one might at first imagine to be. It is not even limited as to the subject matter over which the sceptic's thoughts may range. Its secret is rather an attitude of mind manifest in his thoughts. He notes the impressions things make on him and the contrary impressions they make on other people, and his own impressions seem to him no stronger, no more plausible, than anyone else's<sup>40</sup>

O problema de Burnyeat é que logo depois ele vai dizer que toda a crença é um dogma ou pressupõe um dogma e que, para ele, crenças sempre têm uma conexão com verdade<sup>41</sup>. Deste modo ele não consegue entender como existiriam crenças não dogmáticas que o cético pudesse aceitar. Mas, como foi mostrado aqui, o próprio Burnyeat, depois de ler o texto de Barnes e o do Frede, não mais aceita esta relação imediata entre crença e dogma. Além disso, foi mostrada também a possibilidade de uma crença que não se julga verdadeira ou falsa. O cético poderia ter tais crenças e elas não levariam a inação. Podemos dar como exemplo a seguinte situação: tenho a *impressão* de que vai chover e também tenho a *impressão* de que o guarda-chuva pode me proteger da chuva. Além disso, sou *afetado por uma vontade* de sair sem me molhar, por isso levo o guarda-chuva. Podemos, então, ver que o fato de alguém ser afetado por algumas impressões e ter aceitado estas impressões é o suficiente para guiar o comportamento deste alguém. É assim que o cético agiria. Ele, se falasse rigorosamente, não iria dizer que vai chover, simplesmente iria dizer que lhe parece que vai chover, mas que ele não sabe se vai realmente chover ou não.

Esta “linguagem cética” se aplicaria não só ao senso comum, mas também à filosofia e à ciência de modo que, na interpretação aqui sugerida, um cético poderia continuar discutindo normalmente as teorias dogmáticas pelas quais ele tem interesse. Um cético pode defender uma teoria qualquer simplesmente porque ela, naquele momento, lhe pareceu verdadeira, mas sempre tendo em vista que o momento seguinte pode lhe reservar outra experiência diferente. Assim como um cético não precisa abandonar suas crenças de senso comum, ele também não precisa abandonar suas crenças filosóficas e científicas desde que as reconheça como meras crenças que, naquele mo-

---

<sup>40</sup> BURNYEAT, 1980, p.36

<sup>41</sup> BURNYEAT, 1980, p.49

mento, lhes parecem defensáveis. Teríamos, então, um cético que pode filosofar! Ao contrário de Porchat que defende uma proposta cética “mais radical”<sup>42</sup>, com o abandono de toda a filosofia e uma volta para o senso comum, aqui o que é defendido é que um cético pode continuar buscando, e até mesmo filosofando, sem deixar de ser cético. Porchat mesmo poderia ter defendido isso ao dizer que o cético pode usar uma terminologia filosófica como *verdade*, *conhecimento*, *realidade*, mas prefere abandonar a filosofia a favor do senso comum. No entanto, foi mostrado aqui que este abandono não é necessário. Ceticismo não é uma doutrina ou um argumento, é uma postura, um modo de ver e de viver sua vida, uma prática e não uma teoria. Um cético não precisa recusar nenhuma teoria que lhe pareça convincente só para manter a sua “adesão ao ceticismo”.

Este cético não seria insulado porque ele não está separando o seu ceticismo da sua vida prática. Muito pelo contrário, até em um caso tão simples como o de se vai chover ou não ele continuaria a viver seu ceticismo. O ceticismo dele opera tanto nas teorias quanto na vida prática do senso comum, ele não afirma nem nega nada, nem em um plano, nem no outro. Nos dois planos ele só assente as impressões que ele recebe passivamente sem se preocupar com a verdade ou falsidade delas. Assim podemos concluir dizendo que fica resolvido o problema da aparente duplicidade do ceticismo. Sexto Empírico tentou mostrar um cético não insulado, mas que poderia agir. Para poder agir parecia que a vida ordinária do cético deveria ser separada de sua vida filosófica, porém com isso ele se insulava. Só que o texto de Sexto mostra enfaticamente que o cético não é um insulado, ele é rústico. Assim, ele parecia transitar entre o insulamento e o não insulamento. Mas foi defendida aqui uma maneira de conceber como o cético poderia agir e viver sua vida cotidiana sem deixar de ser cético em todos os momentos. Isto se daria através de crenças que não tem relação alguma com dogmas, pois elas só expressariam as suas impressões, tanto dos sentidos quanto da mente, sem se comprometer com a verdade delas. Chegamos, então, no que estávamos buscando desde o início, a saber, um cético rústico que pode agir. Feito isso podemos dizer que uma das principais e mais antigas críticas contra o ceticismo no molde pirrônico não prossegue e que o ceticismo de Sexto Empírico, no que diz respeito a este problema, ainda pode ser considerado válido.

---

<sup>42</sup> PORCHAT, 2007, p.87

### Referências bibliográficas

- ANNAS, J. & BARNES, J. *The Modes of Scepticism: Ancient Text and Modern Interpretations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985
- \_\_\_\_\_. & \_\_\_\_\_. *Outlines of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BARNES, J. "The Beliefs of a Pyrrhonist." *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Cambridge, 208, New Series 28, p. 1-29, 1982.
- \_\_\_\_\_. *The Toils of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BURNYEAT, M.F. "Can the Sceptic Live his Scepticism?" In: SCHOFIELD, M., BURNYEAT, M. F., BARNES, J. *Doubt And Dogmatism*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. "The Sceptic in His Place and Time." In: BURNYEAT, M. F. & FREDE, M. *The Original Sceptics: a controversy*. Indianapolis: Hackett, 1997.
- CHATEAUBRIAND, O. "The Tyranny of Belief". *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, 8, p. 39-62, 1994.
- FREDE, M.. "The sceptic's two kinds of assent and the question of the possibility of knowledge." In: RORTY, R., SCHNEEWIND, J. B., SKINNER, Q. *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985
- GUERREIRO, M.A.L. *Ceticismo ou Senso Comum*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- LAÉRTIOS, D. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Brasília: ED. UNB, 1987.
- LESSA, R.. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre ceticismo*. Rio de Janeiro: Ed. Franscico Alves 1995
- \_\_\_\_\_. "Ceticismo, Causalidade e Patologias da Cognição Dogmática: Comentários aos Oito Modos de Enesidemos." *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, 8, p. 118-130, 1994.
- MARCONDES, D. "Autenticidade do Discurso Cético: O Problema da Auto-Refutação do Ceticismo." In: *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, 8, p. 131 -144, 1994.
- \_\_\_\_\_. A Tradição Cética. (texto distribuído em sala de aula) 2005.
- PORCHAT, O. P. *Rumo ao Ceticismo*. São Paulo: UNESP, 2007.

E-mail: leal.toledo@terra.com.br

Recebido: 10/2008

Aprovado: 11/2008